

Líderes devem buscar acordo para direção das comissões

Agenda do Senado nesta semana prevê também duas ações contra a crise financeira: a instalação de comissão para acompanhar seus efeitos no país e a votação de uma medida provisória com estímulo à construção civil



Os líderes partidários promoveram várias reuniões em fevereiro, mas não chegaram a um acordo sobre o comando das comissões permanentes do Senado

O Senado tem agenda movimentada esta semana. Hoje, às 11h, o presidente da Casa, José Sarney, instalará a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira Internacional e da Empregabilidade. Em outra ação contra a crise, o Plenário deve votar projeto de conversão de medida provisória que concede estímulo à construção civil.

A pauta semanal prevê ainda a busca de definição das presidências das comissões permanentes. Os líderes devem retomar negociações iniciadas em fevereiro e suspensas com o impasse entre o PT e o PTB em torno da Comissão de Serviços de Infraestrutura. **3**

Comissão quer reforma política antes de 2010

Mudanças no sistema político-eleitoral e partidário devem ser aprovadas pelas duas Casas até outubro para que vigorem nas eleições do próximo ano. **4 e 5**

CPI apoia apuração de pedofilia em Catanduva

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, ofereceu o apoio da comissão às autoridades que investigam suposta rede de pedofilia em Catanduva (SP). **2**

Governo propõe R\$ 492 milhões do PAC para portos

O primeiro projeto de investimento de 2009 encaminhado ao Congresso destina-se a obras de dragagem e adequação de navegabilidade em 16 portos marítimos. **8**

Sarney mantém Agaciel e solicita investigação ao TCU

Presidente do Senado determina apuração de denúncia de jornal sobre evolução patrimonial do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia. **3**

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à tarde à posse do novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Milton de Moura França. Também tomaram posse o novo vice-presidente daquela corte, João Oreste Dalazen, e o novo corregedor-geral, Carlos Alberto Reis de Paula. O tema comum dos discursos pronunciados na solenidade foi a preocupação com os efeitos da crise financeira global para os trabalhadores.



Leopoldo Silva

Magno Malta viajou ontem para cidade onde 50 crianças e adolescentes podem ter sido abusados. Comissão que ele preside deve colaborar na identificação dos pedófilos

CPI apoiará autoridades que apuram caso em Catanduva

O PRESIDENTE DA Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), esteve ontem em Catanduva (SP) para oferecer o apoio do colegiado às autoridades responsáveis pela investigação de uma suposta rede de pedofilia que estaria atuando na cidade.

Conforme notícias divulgadas pela imprensa, mais de 50 crianças e adolescentes podem ter sido abusados sexualmente e, pelo menos, cinco suspeitos já foram detidos. A CPI deverá colaborar na identificação dos pedófilos. As investigações em Catanduva tiveram início no ano passado, a partir do alerta do diretor de uma escola pública da região, que desconfiou do comportamento de algumas crianças.



Malta leva apoio da CPI da Pedofilia ao interior de SP

Em janeiro, após constatar o aliciamento dos menores em área pobre daquela cidade, a polícia prendeu José Barra de Melo, acusado de molestar as crianças e de distribuir imagens contendo pornografia infantil.

O caso ganhou repercussão no mês passado com a divulgação de novas denúncias, que indicariam a existência de uma

rede de pedofilia formada por pessoas de renome na cidade.

Reabertura

Com a viagem a Catanduva, Magno Malta pretende conversar com a juíza responsável pela reabertura do caso, Sueli Juarez Alonso, e com outras autoridades locais, buscando a colaboração da CPI para agilizar a identificação e a punição dos responsáveis pelos crimes.

De acordo com o gabinete de Magno Malta, o senador deverá apresentar à comissão, ainda esta semana, requerimentos propondo a convocação de suspeitos de participar da rede de pedofilia no interior de São Paulo. Ele foi a Catanduva acompanhado de um promotor de Justiça que assessora a CPI.

Valter: mutirão do Judiciário não combate causas da morosidade

A recente iniciativa do Judiciário de agilizar julgamentos "é louvável, mas não suficiente", na opinião de Valter Pereira (PMDB-MS). De acordo com o senador, o chamado "mutirão", a ser realizado pelos tribunais do país, combate os sintomas, mas não as causas da morosidade.

Entre essas causas, segundo o senador, está "a esclerose do Código de Processo Penal, especialmente no que se refere à possibilidade de apresentação de recursos, que muitas vezes são utilizados pelos acusados, e ainda pelos acusadores, para protelar o desfecho dos processos". Talvez seja necessário reduzir pela metade o número de recursos que se pode apresentar, sugeriu.

A iniciativa citada por Valter Pereira foi anunciada no mês passado por Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ): o Judiciário tentará julgar neste ano todos os processos ajuizados até 31 de dezembro de 2005 – cuja quantidade foi estimada entre 40 e 50 milhões.

Desigualdade

O senador argumentou que "o emaranhado de recursos beneficia muito mais os réus ricos do que os réus pobres".

– Enquanto o pobre vai para a cadeia, e muitas vezes acaba cumprindo a pena, porque lhe falta uma assistência jurídica mais eficaz, o rico tem condições de usar os recursos para adiar seu julgamento, visando, inclusive, a sua prescrição – disse.

Valter propõe que, para o Código de Processo Penal ser revisado, o Poder Judiciário precisa se reunir com o Poder Legislativo. Ele manifestou-se favorável a um novo código que "garanta os recursos indispensáveis à



Valter quer reunião de Poderes para reformar o Código de Processo Penal

defesa de cada acusado, para que possa exercer seu direito de defesa, mas sem que isso acarrete a protelação dos processos". Também sugeriu que se exija dos magistrados compromisso com os prazos de julgamentos. O senador afirmou que uma das formas de contato entre o Congresso e o Judiciário é a sabatina que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza com os indicados para os cargos de ministro dos tribunais superiores e de membro do Conselho Nacional de Justiça, entre outros.

Simon requer pesar pela morte de Osiris Lopes Filho

Requerimento de profundo pesar pela morte do ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho foi apresentado ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Osiris, que faleceu aos 69 anos, integrou o governo Itamar Franco no período em que Simon ocupou o cargo de líder do governo no Senado.

– Eu convivi com esse homem público e ele me impressionou muito mesmo. Eu perdi um amigo por quem eu tinha muito carinho. Eu me honrei de ser líder do governo Itamar porque esse foi o padrão do seu governo. Não teve ninguém até hoje que eu ache mais digno, mais correto, mais reto do que foi o Osiris – lamentou.

Simon disse que, "quando chefiou a Receita Federal, Osiris aumentou em quase 50% a arrecadação sem aumentar um centavo sequer na carga tributária". Na época, frisou, a carga tributária equivalia a 22% do PIB, e hoje é de 36%. Segundo ele, Osiris afirmava que não adianta aumentar imposto no Brasil, porque a carga já é alta e essa situação só faz crescer a sonegação, e que o governo precisava ter competência para cobrar imposto de quem pode e deve pagar.

O senador lembrou o episódio em que a comissão técnica e os jogadores da Seleção Brasileira conquistaram o pentacampeonato mundial e, ao regressar ao Brasil, trouxeram diversos

artigos estrangeiros, excedendo a cota permitida. Osiris mandou cobrar os impostos sobre o excesso. O governo interferiu, não deixou a Receita Federal cobrar, e Osiris pediu demissão.

– O Brasil é um país onde não acontece nada com o rico, nem pagar o que deve à Receita. Moro num apartamento do Senado. Se de repente o Pedro Simon aparecer com uma espetacular duma casa em Brasília, tem que investigar de onde é que veio o dinheiro. Eu não entendo por que é que não se faz isso no Brasil. O Osiris viu, estava na posição exata para fazer isso, e fez – afirmou.

Em aparte, Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou a qualidade de Osiris como homem público.



João Ribeiro: não se pode permitir que proposta fique engavetada

João Ribeiro pede que a Câmara promulgue a PEC dos Vereadores

João Ribeiro (PR-TO) cobrou do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 20/08, que aumenta o número de vereadores em todo o país.

A chamada PEC dos Vereadores foi aprovada pelo Plenário do Senado em dezembro do ano passado, mas, como parte da matéria acolhida pela Câmara foi retirada do texto enviado à promulgação, o então presidente daquela Casa, Arlindo Chinaglia, recusou-se a assinar a proposta.

– Não se pode permitir que uma PEC aprovada pelas duas Casas fique engavetada – protestou João Ribeiro.

Na presença de uma comitiva de vereadores de vários estados, que ocupou ontem a tribuna de honra do Plenário, o senador informou que se encontraria com o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, para debater o assunto.

– Não se trata de um aumento de vagas, mas da reposição daquilo que lhes foi tirado anteriormente – disse.

João Ribeiro se referia à redução de cerca de 8 mil vagas de vereadores por uma

resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que ocorreu em 2004.

A PEC 20/08 restitui essas vagas, mas, caso a proposta seja promulgada, caberá à Justiça Eleitoral decidir se o novo número de vereadores passará a valer imediatamente – o que beneficiará suplentes de vereadores eleitos em 2008 – ou apenas nas eleições de 2012.

O senador também defendeu o trabalho dos legisladores municipais.

– O cidadão vive é na sua comunidade. O vereador é o primeiro a receber os reclames da população que ele representa – afirmou.

Mandado

O Senado suprimiu o artigo que estabelecia limites aos gastos das câmaras municipais. O relator na Casa, César Borges (PR-BA), entendeu que o assunto deveria ser discutido numa proposta à parte.

A recusa à promulgação por parte da Câmara levou a Advocacia Geral do Senado a impetrar mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a decisão. O mandado ainda será analisado pelo STF.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Comissão sobre a crise será instalada

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside às 11h a sessão de instalação da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, no Plenário do Senado. Às 14h, participa, na sede da CNI, da abertura do Seminário Internacional sobre Projeto de Reforma Tributária.

Pauta do Plenário está trancada

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08), proveniente da MP 445/08, que dispensou a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio.

CPI da Pedofilia vota requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza, às 14h, reunião administrativa para votação de requerimentos.

Debate sobre reforma do Regimento Interno

Três itens estão na pauta da Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno do Senado: blocos parlamentares, lideranças, maioria e minoria; representação externa; e funcionamento da Casa. A reunião será às 14h.

Sarney mantém Agaciel e solicita investigação

O presidente do Senado, José Sarney, enviou, na manhã de ontem, ao Tribunal de Contas da União (TCU) um ofício solicitando que aquela corte determine, com a urgência possível, a apuração de denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a evolução patrimonial do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia. O ofício foi endereçado ao presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, e, em anexo, seguiu uma cópia da matéria publicada pela *Folha*. O jornal diz que, há 14 anos como diretor do Senado, Agaciel é proprietário de um imóvel de R\$ 5 milhões, registrado em nome de um irmão, o deputado João Maia (PR-RN).

Sarney afirmou aos jornalistas, no início da tarde de ontem, que Agaciel Maia permanecerá no cargo até que se saiba se são procedentes ou não as denúncias

contra ele publicadas pela *Folha*. Na matéria veiculada no domingo, o jornal diz que o diretor registrou em nome do irmão uma residência de R\$ 5 milhões situada no Lago Sul.

A primeira pergunta dos jornalistas foi sobre as providências que o presidente da Casa adotará em razão da matéria sobre Agaciel Maia.

– Ontem, quando eu li a matéria na *Folha*, imediatamente entrei em contato com o presidente do TCU, doutor Ubiratan Aguiar, dizendo que hoje ia encaminhar ofício para que ele determinasse a investigação sobre a procedência das denúncias apresentadas por aquele jornal a respeito do diretor do Senado. Já mandei hoje de manhã o ofício, acredito que o Tribunal de Contas inicie muito rapidamente as providências devidas – afirmou Sarney.

– Presidente, o diretor permanece no cargo?

– Sim, não podemos afastá-lo sem saber se as denúncias são procedentes ou não. Nós entregamos ao Tribunal de Contas, que é o maior órgão, o mais insuspeito de todos, para examinar o assunto.

Líder do PSDB

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), divulgou nota à imprensa pedindo, em nome do seu partido, o afastamento imediato do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, para, se for o caso, que ele seja reconduzido se comprovada sua inocência. Na nota, Arthur Virgílio diz que “o primeiro gesto da nova direção do Senado deveria ter sido o de promover profunda renovação no quadro vigente e nos costumes administrativos da Casa”.

Pauta da semana inclui instalação de comissão contra a crise econômica e análise de MP sobre construção civil



Para Sarney, a crise econômica requer acompanhamento permanente do Senado

Líderes devem buscar acordo para comissões

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS devem prosseguir, nesta semana, as articulações para o preenchimento dos cargos de direção das comissões permanentes do Senado. A última reunião para tratar do assunto, em 17 de fevereiro, terminou com o impasse entre dois partidos da base governista, o PT e o PTB, que reivindicam a Comissão de Serviços de Infraestrutura. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou em seguida nova reunião em busca de um acordo, que deve ocorrer hoje ou amanhã.

A pauta da semana inclui, ainda, o Projeto de Lei de Conversão 31/08, proveniente da Medida Provisória 445/08, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal. O dinheiro resultante deve ser aplicado na construção civil. A proposta, que integra o conjunto de medidas do governo federal contra a crise econômica, é o primeiro item da ordem do dia.

Hoje, o presidente do Senado, José Sarney, vai instalar a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira Internacional e da Empregabilidade, criada por ele logo nos primeiros dias depois de eleito. De acordo com a Secretaria Geral da Mesa, a instalação deve ser realizada no

Plenário do Senado, às 11h.

O presidente da comissão será o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Além de Dornelles, também integrarão o colegiado Aloizio Mercadante (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A comissão vai monitorar a crise financeira mundial e apresentar sugestões para a manutenção do emprego e dos investimentos no Brasil.

Acompanhamento

Em entrevista à imprensa logo depois de eleito presidente do Senado no dia 2 de fevereiro, Sarney explicou que o colegiado permitirá à Casa “acompanhar permanentemente a crise econômica mundial, oferecendo não só sugestões, como também tentando influir nas decisões e levando essas sugestões ao Poder Executivo. É uma comissão de caráter permanente para acompanhar diariamente a crise internacional”.

Um dos indicados para compor o colegiado, Marco Maciel sugeriu, em entrevista na semana passada à Agência Senado, que a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira Internacional e da Empregabilidade realize uma parceria informal com o governo federal para que haja troca de idéias e informações.

José Nery defende afastamento temporário

O senador José Nery (PSOL-PA) defendeu ontem, em Plenário, o afastamento temporário do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, para investigar a veracidade das denúncias divulgadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* de que seria proprietário de uma casa no Lago Sul, em Brasília, sem tê-la declarado à Receita Federal.

– As novas denúncias não podem passar em brancas nuvens, como, de regra, tem ocorrido com as apresentadas em outros momentos no Senado. Não se pode admitir que as denúncias sejam colocadas debaixo do tapete sem a devida apuração.

Nery informou que, nos próximos dias, uma comissão de senadores procurará o presidente José Sarney e a Mesa do Senado exigindo o afastamento

do diretor-geral e a investigação dos fatos denunciados. Se a denúncia for procedente, avaliou o senador, o funcionário “deve ser punido”; caso contrário, “deve haver a reabilitação”.

– Mas não pode o Senado fazer de conta que a questão não existe e não tratá-la com a urgência e a transparência que a sociedade exige – declarou.

Guiné-Bissau

José Nery também comentou o assassinato do presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. Nery e uma comitiva formada pelos senadores João Pedro (PT-AM), Marconi Perillo (PSDB-GO) e o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), visitaram vários países africanos em



Nery: funcionário “deve ser punido” ou “deve haver a reabilitação”

2007 e, na ocasião, relatou-se o clima de instabilidade política que aquele país vivia desde a independência, na década de 70 do século passado.

– Gostaria de prestar nosso pesar ao povo da Guiné-Bissau e ao Parlamento – afirmou José Nery.

Busca de solução para verba indenizatória

A eliminação da verba indenizatória paga aos senadores seria a melhor solução, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney. Questionado sobre a idéia de incorporar a verba aos salários, Sarney lembrou que essa foi uma sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR),

apresentada em forma de emenda à Constituição.

– Foi uma das alternativas para resolver esse problema da verba indenizatória, que eu acho que realmente não foi uma solução feliz adotada pelo Congresso.

– O senhor é favorável a que seja mantido o sistema atual

ou a que haja mudanças?

– Eu, pessoalmente, acho que, se nós tivéssemos condições de eliminá-la, seria a melhor solução. Agora, isso depende das duas Casas do Congresso e de como vamos encaminhar uma solução para esse problema – observou o presidente do Senado.

Há uso político do MST, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que há uso político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e tachou de ilegal o repasse de verbas pelo governo federal à entidade.

– Não sei se pode existir alguém contra um programa de reforma agrária inteligente, mas é preciso dizer que aquele MST não existe mais. Houve

uma invasão do movimento por pseudo-líderes que na verdade não representam as aspirações de quem vive no campo. Transformaram o MST numa ferramenta política. O movimento transformou-se num aparelho com outros objetivos – disse



Governo mantém relações promíscuas com o movimento, acusa Alvaro Dias

o senador, acusando o governo de manter “relações promíscuas” com a organização.

Alvaro Dias manifestou apoio ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que considerou ilegal o repasse de verbas públicas a entidades ligadas ao MST, investigadas por indícios de irregularidades na utilização de recursos transferidos

pelo governo por meio de convênios.

O senador rebateu argumento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria dito desconhecer a existência de lei que impeça o repasse a entidades denunciadas por irregularidades.

Mozarildo critica monopólio na aviação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que um país da dimensão do Brasil “não pode ficar refém” de duas ou três grandes empresas aéreas, que dominam a aviação e vêm se sucedendo e desaparecendo ao longo dos anos, demonstrando o fracasso do modelo de monopólio do setor. Conforme afirmou, a TAM e a Gol dominam hoje o merca-



Segundo Mozarildo, o modelo adotado para o setor fracassou

do nacional e procuram acabar com as pequenas empresas.

O senador citou o caso da empresa de aviação regional Meta (Mesquita Taxi Aéreo), baseada em Roraima, que fazia voos de Boa Vista para Manaus e Belém.

À época, lembrou, Varig, Transbrasil e Vasp entraram nas rotas e obrigaram a Meta a fazer voos para Georgetown, no Suriname, para chegar a Belém. Outra empresa, chamada Rico, de Manaus, também operava um *boeing* para Boa Vista, mas encerrou a rota porque a TAM e a Gol colocaram dois voos diários cada uma e reduziram o valor das passagens.

– Baixaram o preço para exterminar a outra e depois voltaram ao que era, aumentando o preço das passagens. Hoje, o trecho Manaus-Boa Vista-Manaus talvez seja o mais caro do Brasil – denunciou.



Senado e Câmara dos Deputados precisam aprovar, até outubro, mudanças nas regras políticas, eleitorais e partidárias para que entrem em vigor nas eleições do próximo ano, quando serão eleitos o presidente da República, senadores e deputados. Já está pronta para ser votada pelo Plenário do Senado proposta que torna mais rígidas as normas para funcionamento dos partidos políticos no Congresso Nacional



Comissão mista retoma esforços para aprovar reforma política

Agir em conjunto em favor das grandes reformas há tempos aguardadas pelo país. Com esse objetivo, os presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, anunciaram na semana passada a criação de uma comissão especial mista para consolidar as proposições sobre reforma política em tramitação nas duas Casas.

A iniciativa, que visa agilizar a aprovação de mudanças no sistema político-partidário antes das eleições de 2010 – de acordo com a legislação

eleitoral, se as alterações não forem aprovadas até outubro deste ano, elas não poderão valer para o próximo pleito –, toca num ponto chave na discussão sobre a reforma: a necessidade de uma maior sintonia entre Câmara e Senado em relação ao assunto.

Apesar de ter sido impulsionado pelo envio, no início de fevereiro, por parte do governo federal, de uma proposta de reforma composta por seis projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o esforço não é inédito. Como

informa o consultor legislativo Caetano Araújo em estudo sobre o tema, as primeiras comissões especiais que analisaram o assunto foram criadas na legislatura 1995-1999, tanto na Câmara quanto no Senado. A comissão criada na Câmara, inicialmente, não prosperou, ao passo que a do Senado concluiu seus trabalhos em 1998, com a apresentação de uma série de sugestões, entre propostas de emenda à Constituição e projetos de lei.

A Câmara, por sua vez, ao criar sua própria comissão em 2002, rejeitou em bloco as mudanças

propostas pelo Senado. As duas Casas seguiram, então, na trajetória de caminhos independentes, o que resultou, no mais das vezes, na apresentação de projetos em duplicidade e na dificuldade de construção de acordos.

– As mudanças eleitorais que se discutem têm um impacto diferente sobre eleições de deputados e sobre eleições de senadores. É mais fácil para os senadores discutirem uma mudança no sistema proporcional, porque ela não afeta a sua própria eleição ou reeleição. Os deputados, por sua vez,

podem se sentir melindrados com alguma mudança nesse sentido, e têm mais dificuldades de criar um consenso, pelo próprio número maior de deputados e partidos representados na Câmara – afirmou o consultor legislativo Felipe Basile, em entrevista concedida à Agência Senado em outubro de 2007.

Nesta reportagem especial, você poderá conhecer os projetos em tramitação no Senado que propõem modificações no sistema político-eleitoral e partidário do país.

Senado já discute cláusula de desempenho e reeleição

Os principais tópicos da proposta de reforma política apresentada pelo governo federal ao Congresso Nacional também são objeto de proposições que já tramitam no Senado. O restabelecimento da cláusula de barreira, por exemplo, está previsto na proposta de Emenda à Constituição 2/07, do senador Marco Maciel (DEM-PE). Pela proposta, a cláusula de desempenho vai impor restrições ao funcionamento parlamentar de partidos políticos que não obtiverem um mínimo de 5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, 1/3 dos estados e com um mínimo de 2% dos votos em cada um desses estados.

No final de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a cláusula de barreira, por considerá-la inconstitucional. Os ministros entenderam que o instituto fere o estado democrático de direito e o pluralismo político. A proposição aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário.

Suplência

Outro tema em discussão refere-se à escolha dos suplentes de senadores. As propostas em tramitação no Senado proíbem o nepotismo e determinam a eleição de novo senador em caso de vacância. Além disso, estabelecem a eleição direta dos suplentes e limitam as razões para sua convocação.

Demostenes Torres (DEM-GO) apresentou substitutivo à PEC 11/03, do então senador Sibá

Machado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que está pronta para inclusão na ordem do dia, reduz o número de suplentes para apenas um, veda a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular. E determina que, ocorrendo vaga de senador, será convocado o suplente para exercer o mandato até a eleição geral ou municipal mais próxima.

A proposição tramita em conjunto com outras seis, entre as quais a PEC 8/04, do ex-senador Jefferson Péres, que determina eleição de novo titular em caso de vacância; e a PEC 42/04, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que institui, para eleição de senador, a apresentação de listas de três candidatos por partido, sendo eleito como titular o candidato mais votado da lista cujos candidatos recebam o maior número de votos e como suplentes, pela ordem decrescente de votação, os outros candidatos da mesma lista.

Também tramitam em conjunto a PEC 1/07, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), que veda a convocação de suplente no recesso do Poder Legislativo; a PEC 12/07, de Expedito Júnior (PR-RO), que veda a convocação de suplente para exercício do cargo por prazo inferior a 120 dias nas hipóteses de vacância e afastamento do

titular; a PEC 18/07, de Tião Viana (PT-AC), que possibilita ao eleitor escolher um entre os dois candidatos a suplente registrados com o candidato a titular; e a PEC 55/07, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que institui a eleição direta de dois suplentes para cada senador, podendo os partidos apresentarem até três candidatos para as duas vagas.

Outras propostas também modificam regras em relação aos suplentes: a PEC 25/04, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), permite que deputados e senadores mantenham o mandato quando investidos no cargo de presidente do Banco Central. A matéria aguarda designação de relator na CCJ.

Já a PEC 37/08, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), estende ao suplente as normas disciplinares relativas à ética e ao decore parlamentar aplicáveis ao titular e estabelece que será considerado procedimento incompatível com o decore o desvio de conduta praticado antes da diplomação. A matéria aguarda apresentação do relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na Comissão de Constituição e Justiça.

Reeleição

Substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às PECs 41/03, de Sibá Machado; 10/99, do então senador José Eduardo Dutra; 58/99, de Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE); 70/99, do então senador Roberto Requião; 97/99, do então senador Carlos Patrocínio; e 20/04, de Sibá Machado, determina o fim da reeleição para presidente da República, governadores, prefeitos e quem os tiver substituído ou sucedido nos seis meses anteriores ao pleito. O substitutivo já foi aprovado pela CCJ e está pronto para entrar na ordem do dia do Plenário.

A PEC 10/99 suprime a reeleição para prefeitos e determina a desincompatibilização para os que concorrem aos cargos de governador e presidente. As PECs 58/99, 70/99 e 41/03 vedam a reeleição. A PEC 58/99 estabelece que os mandatos dos chefes do Executivo passem a ser de cinco anos. Já a PEC 97/99 prevê a simultaneidade das eleições municipais e gerais. A PEC 20/04 estende para seis anos a duração dos mandatos dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores para coincidir todas as eleições a partir de 2014.

Também tramitam no Senado a PEC 65/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), estabelecendo que o chefe do Executivo que pretenda a reeleição deve licenciar-se do cargo; a PEC 7/07, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que permite a reeleição dos chefes do Executivo desde que tenham se afastado do cargo até seis meses antes do pleito; e a PEC 98/07, de Flexa Ribeiro, que veda a reeleição no Executivo. A PEC 65/07 aguarda inclusão na ordem do dia e as duas últimas esperam designação de relator na CCJ.

CCJ e Plenário examinam propostas sobre coligações

Temas sensíveis relativos à reforma política como coligações partidárias, inelegibilidade e compra de votos são tratados em dezenas de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei em tramitação no Senado. Muitas dessas matérias estão prontas para ir à votação no Plenário, enquanto outras aguardam o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o voto do relator à comissão ou a designação de relator.

As coligações partidárias são o tema da PEC 29/07, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O texto permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. A CCJ já aprovou parecer favorável de Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta, que está pronta para deliberação do Plenário.

O PLS 301/07, de Neuto de Conto (PMDB-SC), proíbe coligações nas eleições proporcionais dentro da mesma circunscrição eleitoral. O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou parecer pela aprovação do projeto, pronto para ser votado na CCJ.

O PLS 342/04, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), amplia a liberdade de os partidos políticos celebrarem coligações nas eleições estaduais e nacionais. A matéria aguarda designação de relator.

De autoria da CCJ, o PLS 368/04 impede a vinculação das coligações de eleição para presidente e vice-presidente da República com as coligações para eleições de governador, senador e deputado

federal, estadual e distrital. A matéria está pronta para ser votada na comissão.

O PLS 473/08, de Romeu Tuma (PTB-SP), modifica a fórmula de cálculo do quociente partidário das agremiações políticas que integram coligações, de modo que os votos de legenda sejam computados exclusivamente para os próprios partidos políticos e não para as coligações. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Justiça.

Inelegibilidade

Também sobre inelegibilidade (ver matéria ao lado), proposta (PEC 57/07) de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) torna inelegível quem, nos últimos quatro anos antes do processo eleitoral, tenha celebrado contrato com instituição financeira controlada pelo poder público ou com pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas; ou quem dirija ou gere empresas, órgãos e meios de comunicação que editem jornais, revistas e periódicos ou realizem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A proposta aguarda designação de relator na CCJ.

A PEC 43/06, de Marcos Guerra (PSDB-ES), suplente de Gerson Camata (PMDB-ES), determina a inelegibilidade no caso de condenação criminal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória. A proposta aguarda designação do relator na CCJ.

Do senador Mozarildo Caval-

ante, a PEC 37/05 determina que a renúncia de parlamentar submetido a processo que possa levar à perda do mandato não ocasionará suspensão de seus efeitos e acarretará ao renunciante a suspensão de seus direitos políticos por um período de quatro anos. A matéria aguarda relator na CCJ.

Ainda sobre inelegibilidade, tramitam conjuntamente os projetos de lei 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008; 265 e 684, de 2007; 141, 231 e 261, de 2006; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005; 316 e 341, de 2004; e 175, de 2003. A CCJ já aprovou o substitutivo apresentado a esses projetos pelo relator, Demostenes Torres, e a matéria está pronta para votação em Plenário.

Entre as principais determinações, estão a inelegibilidade, por oito anos, de parlamentares federais, estaduais ou municipais que tenham sido cassados; que tenham representação contra si julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em primeira ou única instância, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados e para as que se realizarem até seis anos seguintes à decisão; ou que forem condenados criminalmente, em primeira ou única instância, pela prática de crimes eleitorais, de exploração sexual de crianças e adolescentes, contra o patrimônio, a economia popular, a ordem econômica e tributária, o mercado financeiro, de lavagem de dinheiro e contra a fé pública e a administração pública, além

de crimes hediondos ou a eles comparados. Seriam também inelegíveis os condenados por crimes com pena máxima não inferior a dez anos; os que tiverem suas contas relativas ao uso de recursos públicos rejeitadas por dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou por desfalque de dinheiros, bens ou valores públicos, em decisão irrecorrível do órgão competente, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes ao da decisão; e os detentores de cargo, emprego, mandato ou função na administração pública direta ou indireta que beneficiarem a si ou a terceiros, por abuso de poder econômico ou político apurado em processo, julgado em primeira ou única instância, para as eleições que se realizarem nos quatro anos seguintes ao término do mandato ou do período de permanência no cargo.

O PLS 323/05, de Tasso Jereissati, altera a Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades). O projeto exige que, para afastar a inelegibilidade, a Justiça deve suspender os efeitos da condenação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente. Atualmente a lei per-

mite a elegibilidade se a questão meramente houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário. O projeto determina que essas pessoas sejam inelegíveis para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão. A CCJ aprovou relatório redigido pelo senador Jarbas Vasconcelos, e a matéria está pronta para ser incluída na ordem do dia.

O PLS 348/08, de autoria de Valter Pereira (PMDB-MS), também altera a Lei Complementar 64/90, estabelecendo prioridade de tramitação e julgamento dos processos criminais e representações que possam acarretar a inelegibilidade de candidatos. A proposta aguarda designação de relator na CCJ.

Financiamento é tema de projeto de lei (PLS 57/06) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A proposta proíbe partidos e candidatos de receberem direta ou indiretamente doações de pessoa jurídica sem fins lucrativos, organizações não-governamentais, sociedades beneficentes e esportivas, além de empresas que tiverem contrato com a União, estados, Distrito Federal e municípios. Também impede que pessoa física ou jurídica que fizer doação a campanha eleitoral assine contrato com a administração pública durante os quatro anos seguintes à eleição.

Compra de votos

A compra de votos é tratada no PLS 285/03, de autoria do senador César Borges (PR-BA), que altera o inciso IV do artigo 262 do Código Eleitoral, tornando mais rigoroso o procedimento para a interposição de recurso contra expedição de diploma, ao exigir que seja instruído com a decisão transitada em julgado da ação que julgou o abuso de captação do sufrágio. A matéria está sendo analisada pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, Tasso Jereissati.

Fidelidade partidária e financiamento

Pelo menos duas matérias em tramitação no Senado tratam da fidelidade partidária, conforme pesquisa em informações da Secretaria Geral da Mesa. Uma delas, a Proposta de Emenda à Constituição 29/07, foi apresentada pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A segunda – o PLS 58/07-Complementar – é do deputado Luciano Castro (PR-RR).

A PEC 29 altera a Constituição para admitir coligações eleitorais apenas em eleições majoritárias, recomendando que os estatutos dos partidos políticos estabeleçam normas de disciplina e fidelidade partidária.

Já o PLS 58 altera a Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades) estabelecendo uma janela única de 30 dias para a troca de partido; o período seria imediatamente anterior ao término do prazo de filiação que possibilita a candidatura. Também faculta à Justiça Eleitoral, quando provocada por partido político, decidir sobre cassação do diploma de quem se desligar da legenda pela qual se elegeu.

Financiamento é tema de projeto de lei (PLS 57/06) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A proposta proíbe partidos e candidatos de receberem direta ou indiretamente doações de pessoa jurídica sem fins lucrativos, organizações não-governamentais, sociedades beneficentes e esportivas, além de empresas que tiverem contrato com a União, estados, Distrito Federal e municípios. Também impede que pessoa física ou jurídica que fizer doação a campanha eleitoral assine contrato com a administração pública durante os quatro anos seguintes à eleição.

Senadores examinam a adoção de regras mais rígidas sobre inelegibilidade

Gilvam anuncia projeto que cria Bolsa Ecologia

Projeto que autoriza o governo federal a criar o Programa Bolsa Ecologia para a Amazônia Legal foi apresentado por Gilvam Borges (PMDB-AP).

O objetivo da proposta (PLS 47/09), segundo o senador, é a transferência de renda para as famílias residentes em locais próximos às Unidades de Conservação da Amazônia Legal, com o fim de melhorar as condições econômicas da população local e capacitá-la para a preservação do bioma amazônico.

A região da Amazônia Legal corresponde a cerca de 61% do território brasileiro e foi instituída com o objetivo de delimitar uma área captadora de incentivos fiscais com o propósito de promoção do seu desenvolvimento.

Na justificativa, Gilvam lembra que “entre as causas primordiais do desmatamento na região inclui-se a falta de apoio aos amazônidas para que possam viver dignamente, em harmonia com o ambiente”. Segundo ele, a criação pura e simples de unidades de conservação não garante o tão desejado desenvolvimento da região.

“Para conseguir um efetivo controle sobre o desmatamento, o poder público precisa estimular os agricultores, os ribeirinhos e as populações tradicionais a manterem a floresta em pé. Para tanto, é preciso garantir às famílias locais a renda mínima necessária a sua sobrevivência, de forma a compensar o esforço por elas realizado em prol da conservação da floresta”, argumenta.

A proposta condiciona a concessão do benefício à comprovação de renda familiar mensal de no máximo um salário mínimo e de residência da família na região há, no mínimo, três anos ininterruptos. Em apertes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Jayme Campos (DEM-MT) apoiaram o pronunciamento.



Gilvam: objetivo é transferir renda para famílias da Amazônia Legal

Para senador pernambucano, as conquistas da Constituição de 1988 precisam virar realidade até mesmo para se conseguir a superação das disparidades sociais no país

Maciel diz que educação é um desafio não respondido

O SENADOR MARCO Maciel (DEM-PE), em discurso feito na tarde de ontem, frisou a importância da educação, apontando-a como o “maior desafio ainda não respondido” do Brasil. Na opinião do senador, é urgente “tornar realidade fática” as conquistas da Constituição de 1988, para a superação das disparidades sociais do país.

Marco Maciel mencionou dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a qualidade da educação no Brasil: apenas 1/5 dos alunos das escolas públicas das capitais aprendeu o que devia; cerca da metade dos concluintes dos cursos de ensino fundamental chega ao término sem saber ler e nem escrever.

Além disso, nas 27 capitais brasileiras só os alunos das escolas públicas do Recife e de Campo Grande conseguiram aprender o suficiente em Língua Portuguesa ao final do 9º ano e, no 5º ano, apenas três de dez alcançaram conhecimento sufi-



Marco Maciel adverte que educação deficiente bloqueia modernidade

ciente no idioma. Apenas 41% dos municípios brasileiros elaboraram o Plano Municipal de Educação, autonomia concedida a eles com a Constituição.

No Brasil, afirmou o senador, as carências acumuladas em educação em geral e em formação profissional especializada são entraves à revolução digital. Ele salientou que o acesso a essas tecnologias modernas “torna-se um dos principais instrumentos da democratização ao potencializar a igualdade de oportunidades”.

Projeto moderniza administração escolar

Projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) com o objetivo de criar a Escola Nacional de Gestores Educacionais (Enge) está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com a proposta (PLS 321/08), a escola, vinculada ao Ministério da Educação, será destinada a formar e capacitar profissionais para o exercício de funções de gerência no âmbito educacional.

Se aprovado o projeto, o MEC criará pelo menos uma unidade da escola em cada uma das grandes regiões do país, formando uma rede integrada. O objetivo é levar às redes públicas estaduais e municipais os mais modernos e eficientes modelos de administração escolar, disse Cristovam. Na justificativa, ele afirma que a melhoria da capacidade gerencial da administração da educação pública no Brasil é um desafio a ser enfrentado pela escola.

A ideia é que a Enge possa oferecer cursos de formação

e de capacitação de gestores educacionais, inclusive em nível de pós-graduação, diretamente ou mediante convênio com universidades e outras instituições de notória reputação. Apenas professores da rede pública de ensino na educação de base teriam direito ao ingresso no curso da Enge.

“É unânime a opinião de que a gestão de uma escola faz a diferença na sua qualidade, mas não contamos com uma instituição federal voltada exclusivamente para capacitar gestores educacionais” – afirmou Cristovam.

Relatório

O texto foi entregue em setembro a Eduardo Suplicy (PT-SP), para a elaboração de relatório – a tendência é que a tarefa continue a cargo do senador, caso ele permaneça como integrante do colegiado neste novo ano legislativo. Depois, a proposta seguirá para a Comissão de Educação, Cultura

Marco Maciel enfatizou a necessidade de se ultrapassar a “herança da escravidão”, afirmando que a discriminação econômica gerou a exclusão social. Para ele, o caminho da ascensão social passa pela igualdade jurídica, pela participação política e pela igualdade econômica rumo a maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública.

A exclusão social, acrescentou, além de trazer a desigualdade de oportunidades, gerou consequências que contribuem para agravar a discriminação racial e não será vencida se o país se ativer às consequências sem a remoção das causas. O Brasil hoje é o maior país fora da África com mais negros e afrodescendentes – parcela da população que sofre com a discriminação.

O parlamentar, que pediu políticas públicas mundiais mais amplas em favor dos pobres, foi apertado pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Papaléo Paes (PSDB-AP), que manifestaram apoio a seu pronunciamento.



Serys espera que problemas de aquífero sejam debatidos em Istambul

Serys quer evitar contaminação do Aquífero Guarani

No período de 16 a 22 de março ocorrerá, em Istambul (Turquia), a quinta edição do Fórum Mundial de Água. Cerca de 20 mil pessoas se reunirão em busca de soluções para a escassez de água no planeta. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu à sua colega Marisa Serrano (PSDB-MS) – uma das responsáveis pela organização da comissão que representará o Senado no evento – que leve ao debate a questão do Aquífero Guarani, o maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo, sobre o qual estão assentados os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e todo o Pantanal.

– O aquífero tem 1,2 milhão de quilômetros quadrados de área linear, o equivalente à soma dos territórios de Inglaterra, França e Espanha. A utilização de agrotóxicos e a poluição de rios na região do Pantanal pode significar a degradação do aquífero. É preciso conscientização dos produtores rurais sobre os riscos do uso de agrotóxicos para a contaminação do lençol freático – advertiu Serys.

Serys denunciou que entre os municípios de Cuiabá e Santo Antônio de Leverger, em uma extensão de 45 quilômetros, as margens e o leito foram loteados para a exploração comercial. Ela acrescentou que, segundo o *Diário de Cuiabá*, empresas e pessoas abriram acessos nas margens, construíram rampas para barcos e instalaram pontos comerciais de pesca.

Visando valorizar a água e garantir renda para aqueles que preservem os mananciais e cursos de água, Serys apresentou, no ano passado, projeto (PLS 411/08) estabelecendo o pagamento de *royalties* aos titulares de propriedades em regiões produtoras de água. Serys explicou que seria uma forma de estimular a preservação.



Proposta de Cristovam Buarque está em exame na Comissão de Justiça

e Esporte (CE), para decisão terminativa.

O senador observou que já existem há muito tempo escolas de alto nível para a formação de gestores em outras áreas da administração pública federal. São os casos da Escola de Administração Fazendária (Esaf) – criada em 1973, mas com origens em 1945 – e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), instituída em 1990, por transformação da antiga Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcepe).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Papaléo Paes • Gilvam Borges • Mozarildo Cavalcanti

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Jayme Campos cobra mais conservação

Campos culpa estradas por acidentes

“Ano após ano, feriado após feriado, assistimos a um verdadeiro genocídio em nossas rodovias.” A constatação foi feita pelo senador Jayme Campos (DEM-MT) ao informar que houve um aumento de 20% no número de registros de acidentes nas BRs, comparando-se o feriado de Carnaval deste ano com o de 2008. Ele observou que, embora a imprudência seja um dos fatores para tal estatística, a má conservação das estradas também é responsável pelo crescimento do percentual.

Somente em Mato Grosso, estado representado pelo senador, foram registrados 75 acidentes no período de Carnaval, com 30 feridos e seis mortes. Jayme Campos informou que esse é o maior número de óbitos desde 2004, quando faleceram oito pessoas. Trafegar pelas rodovias federais, comentou, tornou-se uma aventura de alto risco, pois o cidadão sai de casa sem saber se voltará para o convívio dos seus familiares.

– Nossas rodovias federais, na maioria, estão em estado lastimável, com buracos que se sobrepõem quilômetros a fio, sem acostamentos, com sinalização precária e fiscalização ineficaz. No atual estágio de conservação, transformaram-se em verdadeiro calvário para seus transeuntes. Como se vê pelas estatísticas, viajar por elas é um ato de coragem e um desafio cotidiano aos piores prognósticos possíveis – afirmou Jayme Campos.

Na avaliação do senador, para resolver o problema das estradas brasileiras são necessários investimentos em tecnologia, um efetivo patrulhamento e, sobretudo, obras.

Proposta de Maria do Carmo Alves, em análise na CCJ, prevê seguro de responsabilidade civil obrigatório para atividades lesivas ou potencialmente danosas à natureza

Meio ambiente pode ganhar novo seguro contra danos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar, entre outras matérias, proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que torna obrigatória a celebração de seguro de responsabilidade civil em atividades lesivas ou potencialmente danosas ao meio ambiente. Esse tipo de seguro é utilizado regularmente nas hipóteses em que uma atividade, por sua natureza, apresenta maior risco de dano.

A PEC 82/07, considerada por parlamentares como um grande avanço no processo de defesa dos recursos naturais, acrescenta um parágrafo ao artigo 225 da Constituição, que trata do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Na justificativa da proposta, a senadora afirma que, de modo geral, a obrigação de reparar o dano ao meio ambiente não vem sendo cumprida ou é cumprida tardiamente, em face



Para senadora, o reparo ao meio ambiente não vem sendo cumprido

da demora dos procedimentos judiciais.

Maria do Carmo salienta que a proposta pode transformar as seguradoras em “verdadeiras parceiras” do poder público. Isso porque, como afirma, nenhuma seguradora concederá cobertura a danos ambientais sem antes se certificar de que o segurado tenha efetivamente adotado as medidas preventivas para evitar a ocorrência de incidentes. Assim, a

obrigatoriedade do seguro seria um incentivo ao cumprimento rigoroso da legislação ambiental.

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que apresentou relatório pela aprovação da matéria, a PEC representará de fato um incentivo para que os segurados – cidadãos e empresas – cumpram a legislação de proteção ambiental. Ao mesmo tempo, observa, deve servir de impulso às atividades do setor de seguro no país.

– Além disso, a existência do seguro permitirá que a administração pública, em caso de danos à natureza, seja ressarcida mais rapidamente do que ocorre nos dias de hoje, o que, na prática, resultará numa melhoria das condições para que a administração promova medidas para uma mais ágil superação dos danos ambientais causados”, justificou Serys.

Depois do exame na Comissão de Justiça, a matéria deverá ser ainda votada pelos senadores em Plenário.

Papel reciclado para material de expediente

Proposta que obriga a administração pública, direta ou indireta, a comprar prioritariamente materiais de expediente em papel reciclado está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto (PLS 112/08), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), leva em conta produtos de uso regular nas repartições públicas, como papel de impressão, agendas, blocos de anotações, bobinas, caixas e pastas de arquivo. Pelo projeto, já aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a compra não se aplica a livros, jornais e similares adquiridos ou produzidos pela



Paim quer o serviço público utilizando o papel reciclado em larga escala

administração pública. A proposta, que será apreciada na CCJ em decisão terminativa, altera dispositivos da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), que institui normas

para licitações e contratos na administração pública.

Paim ressalta que o projeto tem por meta incentivar o poder público a usar em larga escala o papel reciclado. Com isso, observa o parlamentar, o governo, além de promover o desenvolvimento sustentável e diminuir o uso dos recursos naturais, estaria economizando recursos da União.

Conforme o senador, o Brasil vem avançando na direção de uma maior transparência nas licitações públicas, ampliando o controle social e reduzindo os riscos de fraudes. No entanto, Paulo Paim afirma que a legislação ainda é omissa quanto aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

Posto de atendimento público obrigatório em cidades médias

Concessionárias de serviço público devem manter posto de atendimento pessoal ao usuário em todo município com população superior a 20 mil habitantes. Essa obrigação está prevista em projeto (PLS 244/08) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pronto para entrar na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), recomenda a aprovação da matéria, que será apreciada pela comissão em decisão terminativa.

Valadares explica, na justificativa da proposta, que, na maioria dos municípios brasileiros, existem apenas equipamentos de autoatendimento. Para estipular a obrigação de atendimento personalizado, o projeto acrescenta novos dispositivos à lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de

serviços públicos (Lei 8.987/95), matéria regulada pelo artigo 175 da Constituição.

O autor admite que os serviços automatizados e informatizados trazem vantagens para os usuários, com a chamada disponibilidade 24 horas. Lembra ainda que a evolução da tecnologia da informação hoje orienta as estratégias dos segmentos empresariais, sociais e culturais e que, no setor público, o cenário não poderia ser diferente.

No entanto, Valadares observa que as novas tecnologias não são completamente satisfatórias, apresentando dificuldades, sobretudo para a população de baixa renda e residente nos pequenos municípios. Segundo o senador, muitas pessoas não têm acesso fácil ao telefone ou ao microcomputador, ou então ainda não possuem familiaridade com a rede mundial de computadores



Valadares defende maior presença das concessionárias nas cidades menores

(internet). Ao mesmo tempo, haveria ainda resistência por parte dos usuários em relação ao autoatendimento.

– Mesmo em países desenvolvidos como os Estados Unidos, estudo apontou que diante de máquinas novas ou desconhecidas, muitos americanos ficam receosos e desconfiados – disse o senador.

A proposta de Valadares também prevê que as concessionárias de serviços públicos possam articular-se para atender seus usuários num mesmo local.



Collor pretende garantir aos policiais benefício constitucional

Estágio na área de Direito para policiais

Está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Fernando Collor (PTB-AL) que faculta a estudantes policiais a possibilidade de serem aceitos como estagiários de Direito, desde que já estejam fazendo o curso em faculdade reconhecida pelo Ministério de Educação.

O PLS 210/08 retira do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o impedimento para o policial ser aceito como estagiário na área. Tal impedimento baseia-se no argumento de que há incompatibilidade entre a atividade policial e o exercício potencial da advocacia. A proposta do senador já foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na justificativa do projeto, Collor explica não haver incompatibilidade entre as atividades de policial e de estagiário em Direito, uma vez que o estágio não tem o condão de transformar o policial em advogado. Somente depois de graduado em Direito e aprovado no exame da OAB, ele poderá exercer a profissão e, nesse momento, precisará optar entre ser policial ou advogado, lembra o senador.

Collor argumenta ainda que os estágios são etapas importantes que asseguram a todos os estudantes a oportunidade de conhecer melhor as atividades e as condições práticas do exercício da profissão que estão escolhendo, dando-lhes uma visão global e detalhada da carreira. Dessa maneira, proibir que um policial exerça a função de estagiário em Direito é incompatível com o direito ao trabalho garantido pela Constituição.

Em seu voto favorável ao projeto na CCJ, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirma que a proibição a estudantes policiais está incluída na restrição a advogados no exercício de cargos públicos específicos, tratando tais estudantes como se advogados fossem. Como o cumprimento de estágio não transforma um estudante em graduado, a proibição não se sustenta, além de ser contrária ao espírito de elevação social por meio da educação, acrescenta a relatora.

Recursos serão destinados a obras de dragagem e de adequação de navegabilidade, que fazem parte do PAC. É o primeiro projeto de abertura de crédito especial no ano

Governo propõe crédito de R\$ 492 milhões para portos

A PRESIDÊNCIA DA República já encaminhou ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei (PLN 1/09) de abertura de crédito especial (investimento) de 2009. A proposta abre crédito de R\$ 492.078.530 no Orçamento Fiscal da União para viabilizar a dragagem e a adequação de navegabilidade em 16 portos marítimos. Caberá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) examiná-la.

Na exposição de motivos, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, informa que os recursos permitirão que a Secretaria Especial de Portos execute as obras, que fazem parte do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC).

O maior volume de recursos foi destinado ao Vetur Logístico Nordeste Setentrional (R\$ 139 milhões) e deverá viabilizar a dragagem em dois portos de Pernambuco: Suape (R\$ 53 milhões) e Recife (R\$ 25,2 milhões), além dos portos de Fortaleza, com R\$ 42,3 milhões, e Natal, com R\$ 18,5 milhões.

O Vetur Logístico Sul recebeu o segundo maior volume de verbas (R\$ 117,4 milhões), distribuído para três portos de Santa Catarina: São Francisco do Sul (R\$ 26 milhões), Imbituba (R\$ 4,4 milhões) e Itajaí (R\$ 3 milhões), e para o porto gaúcho de Rio Grande (R\$ 84 milhões).

O Vetur Logístico Centro-

Sudeste foi contemplado com R\$ 90 milhões, dos quais R\$ 50 milhões serão destinados ao porto de Paranaguá (PR) e R\$ 40 milhões ao porto de Santos (SP). O Vetur Logístico Leste contará com R\$ 71 milhões, beneficiando três portos fluminenses: Itaguaí (R\$ 20 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 31 milhões) e Angra dos Reis (R\$ 5 milhões). Ao porto de Vitória (ES) caberá R\$ 15 milhões.

Por fim, o Vetur Logístico Nordeste Meridional obteve R\$ 64,6 milhões para dois portos na Bahia: Salvador (R\$ 36 milhões) e Aratu (R\$ 28,6 milhões).

A Gestão da Política Portuária receberá os R\$ 10 milhões restantes.

Papaléo cobra mais transparência no PAC

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem do governo federal mais eficiência e mais transparência na aplicação e prestação de contas dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para o senador, o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, estão usando o programa de forma eleitoreira.

Papaléo lembrou que, recentemente, Lula e Dilma anunciaram uma contundente turbina no PAC, com o incremento de cerca de R\$ 140 bilhões no orçamento do programa. O senador duvida desses dados.

— É fato que, na curiosa contabilidade governamental, a coluna das receitas contém entradas duplicadas aos borbotões. Com



Papaléo: presidente Lula e Dilma usam programa de forma eleitoreira

efeito, obras já incluídas em balanços anteriores do PAC, investimentos já previstos pelas estatais e até obras estaduais com reduzidas parcelas de recursos federais, tudo isso foi acoplado

ao PAC, como se se tratasse de dinheiro novo. Como exemplos, há o plano piloto de produção de petróleo no campo de Tupi, o trem de alta velocidade a ligar Rio, São Paulo e Campinas e a ampliação do programa Luz para Todos — acusou.

Na opinião de Papaléo, o PAC está servindo mais como instrumento “pré-eleitoral” do que como um programa para atender às necessidades infra-estruturais do país. O senador destacou que os jornais *O Globo* e *Valor Econômico* já acusaram o governo de turbinar o PAC com “obras já anunciadas”.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o PAC serve para o marketing eleitoreiro do governo.

Mão Santa diz que o governo Lula investe pouco em rodovias

O senador Mão Santa (PMDB-PI), em discurso em Plenário, comentou a reportagem “Investimentos em marcha lenta”, publicada ontem pelo jornal *O Globo*, sobre investimentos federais em obras de recuperação e manutenção das rodovias brasileiras. De acordo com a matéria, disse o parlamentar, os governos militares da década de 1970 investiram mais nas rodovias que o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Mão Santa também chamou atenção para uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) que mostra

um percentual de cerca de 80% de rodovias brasileiras em estado de conservação péssimo, ruim ou regular, entre 2003 e 2007. Ele brincou com os últimos percentuais de popularidade do presidente da República, que também estariam em torno de 80%.

O senador explicou que a matéria de *O Globo* tem como base estudo do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, que analisou a evolução dos gastos do Ministério dos Transportes desde a década de 1970. Em 1975, cita a pesquisa de Velloso, os investimentos em



Mão Santa comenta reportagem de *O Globo* sobre investimentos federais

rodovias foram nove vezes mais altos que os dos dias atuais.

Outra conclusão do economista, observou Mão Santa, é o fato de grande parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) “não ser aplicada nas estradas”.

Paim quer incentivos fiscais a empresa que reduzir jornada

Projeto que concede incentivos fiscais a empresas afetadas pela crise econômica mundial que diminuam a jornada de trabalho sem redução de salário nem dispensa de trabalhadores foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Esses incentivos, explicou, serão concedidos por meio de dedução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) para empresas de setores prejudicados pela crise que tiveram “extraordinária diminuição de receita devidamente comprovada”. Segundo ele, esses setores serão definidos em regulamento. A dedução do IRPJ, acrescentou Paim, será limitada “ao valor da remuneração atinente às horas de trabalho reduzidas”. De

acordo com o projeto (PLS 40/09), as empresas que aderirem às normas propostas terão preferência na obtenção de crédito oficial, especialmente junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O senador disse que 700 mil pessoas já perderam o emprego no Brasil, nos últimos 12 meses. Ele citou a recente demissão de 4,5 mil trabalhadores na Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). De acordo com Paim, a concessão de incentivos fiscais diretamente às empresas que não demitirem “é uma solução melhor que o governo liberar dinheiro para os bancos e estes não emprestarem às empresas afetadas, temerosos da inadimplência”.

Crivella defende maior utilização de aeroportos do Rio de Janeiro

Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu que os aeroportos do estado do Rio de Janeiro sejam mais utilizados. Ele ressaltou que o Aeroporto Santos Dumont foi totalmente remodelado, tendo sua capacidade ampliada de 3,2 milhões para 8 milhões de passageiros por ano, mas hoje atende apenas à ponte aérea com São Paulo.

O senador ressaltou que “em todo o mundo se obedece ao preceito de colocar aeroportos, portos e estações nos centros de interesse, que no Rio são as praias e os escritórios”. Ele solicitou ainda que voos domésticos sejam redirecionados para o Aeroporto Santos Dumont, mais próximo dos centros de interesse do Rio, sem, contudo, esvaziar o do Galeão, “que deveria ser contemplado com mais voos internacionais”.

Crivella lamentou o fato de, nas últimas décadas, “os voos com destino e procedência de outros países terem sido transferidos para Guarulhos, em São Paulo, numa competição predatória entre dois aeroportos que, na verdade, têm funções distintas”.

— O terminal paulista não tem mais horários disponíveis para voos internacionais, operando no limite de sua capacidade. Não se pode aceitar que, enquanto outros aeroportos trabalham acima de seus limites, tenhamos, no Rio de Janeiro,



Crivella: mais voos domésticos no Santos Dumont e internacionais no Galeão

dois aeroportos com capacidade ociosa — afirmou, citando artigo de Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo.

Zâmbia

Crivella ainda comunicou ter passado o Carnaval na Zâmbia (África), e frisou que a expectativa de vida de quem nasce na Zâmbia e em outros países da África austral como Malawi, Botswana, Zimbábue, África do Sul, Namíbia ou Moçambique é, hoje, de 40 anos de idade.

O senador disse ter sido recebido em audiência pelo presidente da Zâmbia, Rupiah Banda, que pediu a cooperação do Brasil para a criação de gado, produção de cana-de-açúcar e alimentos e fabricação de remédios contra a Aids. Ele requereu voto de pesar ao povo da Guiné-Bissau pelo assassinato do presidente João Bernardo Vieira.



Para Osmar, infraestrutura precária eleva o preço do produto nacional

Osmar Dias: redução de subsídio nos EUA pouco beneficiará o Brasil

O efeito prático da redução de subsídio aos produtores agrícolas anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, será quase nenhum para o Brasil, avalia o senador Osmar Dias (PDT-PR).

Segundo o parlamentar, a redução poderá chegar a US\$ 10 bilhões em dez anos, mas o Brasil ainda demorará a desfrutar da medida. O total do subsídio americano chega a US\$ 40

bilhões. Além disso, afirmou, os produtos brasileiros não ganharão mais competitividade, uma vez que o grande problema no país é a colocação do produto no mercado, devido à precariedade das rodovias, ferrovias e portos, que aumenta o custo de produção.

— O governo deve se aproveitar do anúncio para jogar mais pesado e exigir que aquilo que foi acordado há muitos anos no Uruguai seja cumprido: a redução gradativa de subsídios oferecidos pelos países ricos a seus agri-

cultores, para que haja competição igual.

Em 1994, o Acordo Agrícola da Rodada Uruguai estabeleceu metas de redução de 20% dos subsídios à produção agrícola nos países desenvolvidos, que não foram cumpridas.

Com o fim dos subsídios nas nações ricas, calculam especialistas, o comércio para os países em desenvolvimento aumentaria US\$ 40 bilhões, sendo US\$ 15 bilhões só para o Brasil, o que representaria 150 mil empregos.